

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados Senhores:  
A Administração da BCBF Participações S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhados do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Somos uma das maiores empresas de assistência à saúde no Brasil de acordo com os principais indicadores da Agência Nacional de Saúde (ANS). Oferecemos planos corporativos de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo, principalmente para a classe média brasileira. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento na saúde, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa rede própria de hospitais, pronto-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

O ano de 2017 foi muito positivo para o Grupo Notre Dame Intermédica. Com nossa gestão de custos inteligente e eficiente conseguimos, mesmo num ano com um cenário econômico ainda adverso, registrar expansão em todas as linhas de resultado. A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou um crescimento de 28,1% atingindo R\$ 5,3 bilhões, fruto da contínua expansão no número de beneficiários e do aumento de ticket médio dos planos de saúde, além das aquisições do Hospital Samci em março de 2017, dos Hospitais São Bernardo e Baeta Neves em abril de 2017 e do Hospital Nova Vida em julho do mesmo ano e da completa integração da operação da Unimed ABC, adquirida no final de 2016. As aquisições contribuíram, para o crescimento da receita de venda de serviços hospitalares para outros planos de saúde, estratégia utilizada para aproveitar a capacidade instalada de rede própria e otimizar o resultado. A receita líquida referente a esta linha de negócio quase duplicou, passando de R\$ 209,0 em 2016 para R\$ 411,0 em 2017.

Oferecemos, também, planos odontológicos para 1,5 milhão de Beneficiários por meio de uma rede de mais de 14.000 dentistas presente em mais de 1.100 municípios. Nosso segmento odontológico oferece oportunidades interessantes de *cross-selling*, permitindo-nos continuar a construir e fortalecer a fidelidade com os nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2017, 60% da base de contratos de planos de saúde de clientes corporativos incluía planos odontológicos. Assim como as demais linhas de resultado, o Lucro Líquido da Companhia apresentou um crescimento significativo de 82,0% com relação ao ano anterior, atingindo R\$ 352,8 milhões.

A sustentabilidade do nosso negócio vem sendo comprovada e a estratégia tem se mostrado cada vez mais sólida. Nossos clientes e o mercado em geral têm percebido esse fortalecimento. O refinanciamento das dívidas é um dos aspectos que demonstra essa percepção. Esforços foram feitos ao longo de 2017 e princípio de 2018 no intuito de alongar o perfil de nosso endividamento e buscar condições mais vantajosas para a Companhia, aproveitando-se da melhoria do cenário de crédito doméstico. O lançamento da segunda debênture pública da Notre Dame Intermédica Saúde, totalizando R\$ 350 milhões nas duas tranches com um custo de 108,5% do CDI é um fato histórico para a Companhia e evidencia o reconhecimento do nosso esforço por parte do mercado.

Continuamos, em 2017, com a expansão de nossas operações. Em março, arrematamos por meio de leilão um imóvel localizado em Santo Amaro, na cidade de São Paulo, onde antigamente funcionava o complexo hospitalar Santa Marta, para futura instalação de mais um hospital do grupo. Ainda no mês de março finalizamos a aquisição do primeiro ativo hospitalar na cidade do Rio de Janeiro, o hospital pediátrico Samci. Em abril fizemos a aquisição dos hospitais São Bernardo e Baeta Neves na região do ABC paulista. No mês de maio inauguramos o Hospital Guarulhos e em julho adquirimos o Hospital Nova Vida, localizado na cidade de Itapevi. Todos estes movimentos estão em sintonia com a estratégia de expansão do nosso modelo de negócios baseado em produtos de qualidade a preços acessíveis, com base na nossa missão de "tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros". Como demonstração de nosso compromisso com o crescimento e aprimoramento do modelo de negócios, assinamos no final de 2017 o compromisso de compra do grupo Cruzeiro do Sul, que além do hospital em Osasco (SP), possui uma carteira de 54 mil vidas de planos de saúde, cuja aprovação perante o CADE e a ANS foi recentemente obtida.

Nos últimos anos um amplo programa de reforma de hospitais e centros clínicos tem sido implementado com o objetivo de aprimorar ainda mais a rede oferecida aos nossos beneficiários. Este programa incluiu não apenas os hospitais recém-adquiridos, mas também a própria rede do grupo que com a aquisição do Cruzeiro do Sul será composta por 18 hospitais, 23 pronto-socorros, 67 centros clínicos e 10 unidades de tratamento preventivo.

A busca pelo aprimoramento contínuo da qualidade e excelência na prestação de serviços de assistência integral à saúde é incessante e por isso continuamos a realizar investimentos relevantes em nossos ativos e operações. Como reconhecimento deste aprimoramento obtivemos, no ano de 2017, a acreditação ONA 2 nos hospitais Paulo Sacramento e Sacrecoeur e a Qmentum no início de 2018 para o Hospital Modelo. A Companhia conta, atualmente, com 11 hospitais certificados pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA") e um hospital com certificação de qualidade Qmentum pela *Accreditation Canada International*. Do ponto de vista de gestão de pessoas, tivemos a implementação da Universidade Corporativa por entendermos que investir em capital humano é essencial. Investimos também em novos canais de comunicação interna - como as TVs corporativas, a Revista On-Line SôGNDI e a nova Intranet GNDI; e na implantação do sistema de Recrutamento Interno, permitindo maior oportunidade de crescimento profissional dentro da própria Organização.

Os resultados obtidos em 2017 fortaleceram nossa certeza de que estamos no caminho certo, oferecendo uma proposta de valor inigualável a nossos clientes, provendo atendimento de qualidade a preços acessíveis. De fato, ao longo do ano de 2018 esperamos concluir as reformas atualmente em curso e em 6 hospitais da rede própria nas cidades de São Paulo (SP), São Bernardo (SP), Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ). As reformas envolvem a ampliação e melhoria das principais áreas dos hospitais, incluindo alas de internação, leitos de UTI, centros cirúrgicos e pronto-socorros. Além disto, nosso plano contempla a inauguração de duas novas unidades de pronto atendimento, proporcionando aos nossos beneficiários uma maior capilaridade e um mais amplo acesso a nossa rede própria. Com a esperada retomada da economia brasileira e a criação de novos empregos formais, estaremos corretamente posicionados para atrair, com o binômio qualidade e custo acessível, os indivíduos recém-ingressados no mercado de trabalho.

**CENÁRIO MACROECONÔMICO E SETORIAL.**  
Brasil, em 2017, a uma retomada dos principais indicadores macroeconômicos e ao delinear reformas que o país necessita para fundamentar o crescimento de longo prazo. A inflação ao consumidor medida pelo IPCA atingiu, em 2017, 2,95% a.a., cerca de metade da taxa alcançada em 2016, ao passo que a taxa básica de juros foi gradativamente reduzida até 7,0% no final de 2017, uma queda drástica se comparada a 13,75% no início do mesmo ano. Por outro lado, a inflação média do ano de 2017 deve manter-se em patamares elevados, 17,1% de acordo com o levantamento da consultoria de benefícios Mercer Marsh, seguindo a tendência observada ao longo dos últimos anos, que teve seu ápice durante o ano de 2016 com 20,4% a.a., segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS).

Apoiados pelas quedas da inflação geral e da taxa de juros, os indicadores de atividade econômica, confiança do consumidor e do empregatário e do mercado de capitais sinalizam visível melhora em 2017 frente aos dois anos anteriores. O comportamento semelhante apresentou o mercado de trabalho, que, após alcançar 14,2 milhões de pessoas desempregadas, ou 13,7% de desocupação, foi capaz de reverter a série histórica no trimestre encerrado em março de 2017, o nível de emprego entrou em processo de reestabelecimento gradual até alcançar 11,8% no trimestre encerrado em dezembro de 2017, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Embora a retomada do emprego seja impulsionada principalmente pelo trabalho informal, houve criação de postos formais entre abril e novembro de 2017, após anteriores 21 meses consecutivos de variação negativa, segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Uma vez que a cobertura de saúde suplementar tem forte relação com quantidade de empregos formais - cerca de 66,7% dos beneficiários detinham apólices de planos coletivos em dezembro de 2017 - o setor de saúde vem mostrando sinais de redução no ritmo de saída de beneficiários frente a períodos anteriores. Enquanto em 2016 houve perda de 1,5 milhão (3,1%) ante dezembro de 2015, durante 2017 a redução foi de 0,4 milhão (0,8%) comparado a dezembro de 2016. Ao terminar o ano com 47,3 milhões de beneficiários de planos de saúde, a taxa de cobertura nacional continuou em queda, saindo de 23,2% em 2016 para 22,8% em 2017, segundo dados da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Apesar da queda na cobertura do mercado de saúde suplementar, o Grupo Notre Dame Intermédica se manteve resiliente frente às adversidades. Em dezembro de 2017, atingimos a marca de 2,1 milhões de beneficiários de planos de saúde, o que representou um aumento de 4,2% em relação a dezembro de 2016 e alcançamos 1,5 milhão de beneficiários de planos odontológicos, com um expressivo crescimento de 30,3% na base de beneficiários em relação a dezembro de 2016.

**HISTÓRICO GNDI**  
"Tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros"  
Ao seortar pelo preço justo, prevenção e medicina resolutiva, o Grupo Notre Dame Intermédica tem guiado suas operações nos últimos 50 anos de forma a oferecer a seus associados uma solução de qualidade superior no mercado de saúde suplementar.

• **Operações de saúde**, que contemplam **planos corporativos de assistência à saúde**, com ampla gama de escolha entre produtos com acesso majoritário à nossa Rede Própria de hospitais, pronto-socorros e clínicas além de extensa rede de prestadores credenciados; e **serviços hospitalares** nas regiões em que o Grupo Notre Dame Intermédica detém Rede Própria, atendendo também aos associados de outras operadoras ou pacientes particulares;

• **Planos corporativos de assistência odontológica**, que garantem atendimento odontológico de qualidade em milhares de prestadores credenciados em todo o Brasil.

• Ao agregar essas linhas de negócio, a Companhia entende que pode tanto garantir a sua sustentabilidade financeira quanto otimizar a experiência do cliente corporativo e do beneficiário final. Isso é possível graças ao modelo verticalizado de atendimento à saúde: hospitais próprios garantem que não haverá procedimentos desnecessários, reduzindo a pressão de custos ao cliente e os riscos ao paciente. Ao mesmo tempo, a associação de planos odontológicos do

de saúde oferece ao cliente o acesso completo à saúde. Desde o início das operações em 1968, a Companhia se dedica à Medicina Preventiva, tornando-se pioneira na Saúde Suplementar quanto a esse tipo de atenção. Entendemos que a prevenção de doenças é o caminho mais sustentável para o Grupo e para o setor de saúde e melhor qualidade de vida para os pacientes. Os resultados desse trabalho são vistos nos custos assistenciais controlados da Companhia.

**DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

A Receita Operacional Líquida consolidada cresceu 28,1% no período, passando de R\$ 4,1 bilhões em 2016 para R\$ 5,3 bilhões em 2017, tendo sido observado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de receita: planos de saúde, planos odontológicos e venda de serviços médico-hospitalares para outros planos de saúde. Contribuíram para este crescimento as aquisições (i) do Hospital Samci, adquirido em março de 2017, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, (ii) do Hospital São Bernardo, adquirido em abril de 2017, com duas unidades hospitalares na região do ABC Paulista e (iii) do Hospital Nova Vida, adquirido em julho de 2017, localizado na cidade de Itapevi/SP.

O Custo dos Serviços Prestados manteve-se relativamente estável, mas continuamos a observar uma contínua melhoria nos nossos custos-caixa (excluindo as provisões para PEONA, SUS e depreciação) que foram diluídos de 73,1% da receita líquida em 2016 para 72,5% em 2017. O controle do custo tem, como principal alavanca, nossa estratégia de verticalização, onde com a aquisição dos hospitais, passamos a ter um melhor controle da cadeia na prestação de serviços médicos aos nossos beneficiários. Uma vez atingida a completa integração das aquisições realizadas no fim de 2016 e ao longo de 2017, esperamos a continuidade dos ganhos obtidos na frente de custos médico-hospitalares.

As despesas operacionais, incluindo administrativas, comerciais, créditos de liquidação duvidosa e outras também foram diluídas, passando de 16% em 31 de dezembro de 2016 para 15% em 31 de dezembro de 2017, fruto de uma busca constante por melhorias de produtividade. A produtividade se traduz em ganhos de escala conforme crescemos nosso negócio e adquirimos novas empresas com significativos ganhos de sinergia. Durante o exercício de 2017, a Companhia apresentou R\$ 79,7 milhões de imposto de renda e contribuição social diferido, sem desembolso de caixa. Essa rubrica representa o crédito fiscal, substancialmente sobre os ágios oriundos das aquisições realizadas pela Companhia.

Sendo assim, o lucro líquido do exercício findo em dezembro de 2017 atingiu R\$ 352,8 milhões, um crescimento de 82,0% em relação ao ano anterior. **INVESTIMENTO DE CAPITAL**  
Em 2017, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. manteve o ritmo de investimentos tendo investido R\$ 551,6 milhões em expansão, reformas, melhorias e através da aquisição dos seguintes principais ativos e carteiras:

Em 10 de março de 2017, a Companhia celebrou contrato de compra da Tijuca - Serviços de Assistência Médica - Cirúrgica Infantil Ltda. (Hospital SAMCI), localizado na capital do Rio de Janeiro no Bairro da Tijuca, oferecendo internação clínica e cirúrgica, além de possuir ambulatório e Pronto Atendimento 24 horas, consultas eletivas em diversas especialidades, exames e serviços de suporte diagnóstico.

Em 15 de março de 2017, a Companhia arrematou, por meio de leilão, imóvel localizado em Santo Amaro, na cidade de São Paulo, onde antigamente funcionava o complexo hospitalar Santa Marta.

Em 20 de abril de 2017, a Companhia celebrou contrato de compra de dois hospitais: o Hospital São Bernardo e o Hospital Baeta Neves. O São Bernardo é um hospital geral com pronto-socorro, e o Baeta Neves é um hospital pediátrico com pronto-socorro, ambos localizados na cidade de São Bernardo do Campo/SP.

Em 22 de maio de 2017, a Companhia inaugurou o Hospital e Maternidade Guarulhos, convenientemente localizado no centro de Guarulhos, contando com um completo centro cirúrgico com 7 modernas salas, pronto-socorro adulto e pediátrico e integrado a um futuro centro de diagnósticos.

Em 3 de julho de 2017, a Companhia celebrou contrato de compra do Hospital Nova Vida, localizado na cidade de Itapevi, estado de São Paulo. **ENDIVIDAMENTO**  
Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures - circulante e não circulante), da Companhia atingiu o montante total de R\$ 1.487 milhões, enquanto a sua dívida líquida (expressa pelo endividamento total menos o total de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras - circulante e não circulante) era de R\$ 300,2 milhões.

A Companhia, possuía em 31 de dezembro de 2017, 3 séries de debêntures, somando R\$ 845,6 milhões com as seguintes características:  
(i) Primeira Emissão da Notre Dame Intermédica Saúde: R\$ 400 milhões de valor original; vencimento até 2020; remuneração CDI+2,75%;  
(ii) Segunda Emissão da Notre Dame Intermédica Saúde: R\$ 300 milhões de valor original; vencimento até 2021; remuneração CDI+3,45%;  
(iii) Segunda Emissão da Notre Dame Intermédica Saúde: R\$ 300 milhões de valor original; vencimento até 2019; remuneração equivalente a 108,5% do CDI. Ao longo do mês de janeiro de 2018, a Companhia realizou a amortização antecipada integral da Primeira Emissão da Notre Dame Intermédica Saúde e captou a segunda tranche da Segunda Emissão da Notre Dame Intermédica Saúde no montante de R\$ 50 milhões adicionais.

**DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**  
A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2017 contempla a constituição de Reservas Estatutárias e reinvestimento para sustentação do plano de crescimento. **GESTÃO DE PESSOAS**  
Ao longo dos últimos 3 anos a Companhia passou por uma série de transformações. Sem dúvida alguma, uma das maiores alterações se deu na área de Recursos Humanos, por meio de uma mudança na cultura organizacional, fazendo com que se transformasse numa empresa empreendedora com uma abordagem inovadora e única.

A Companhia acredita que uma equipe comprometida e experiente no setor de assistência à saúde constitui vantagem competitiva decisiva no complexo mercado de atuação. O número de colaboradores da Companhia passou de 8.923 colaboradores em dezembro de 2016 para 11.032 colaboradores em dezembro de 2017, um aumento 24,0%. Esse aumento deu-se principalmente, em função das aquisições realizadas ao longo do ano de 2017, ampliando a categoria denominada assistencial (funcionários diretamente ligados às atividades de assistência à saúde).

A Região Metropolitana de São Paulo concentra aproximadamente 74% do total de colaboradores da Companhia. Essa Região, também, abrange a maior parte dos beneficiários, além de 13 dos 18 hospitais e a sede administrativa. **INOVAÇÃO**  
A Companhia é pioneira em programas de medicina preventiva, apresentando uma atuação no mercado desde 1982. As suas unidades de atendimento de tratamento preventivo são marcadas por três níveis de performance: promoção saudável (incitando a adoção de hábitos saudáveis por meio de palestras, oficinas, campanhas, grupos de apoio e orientações individuais); prevenção de complicações (pacientes crônicos, idosos, gravidez de alto risco e oncologia); e prevenção de incapacitação (casos complexos, tratamentos domiciliares, apoio a cuidadores). A Companhia realiza monitoramentos via *call center* e atendimentos por meio de equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

Contamos com 10 unidades com infraestrutura preparada para a realização de atendimentos de alto risco e complexidade, proporcionando melhoria da adesão ao tratamento, maior resolutividade e, consequentemente, redução de internações e de custo. São mais de 110.000 membros inscritos, classificados por grupos de risco. A Companhia entende que os programas de medicina preventiva oferecidos no segmento Saúde proporcionam a redução dos custos operacionais da Companhia. A título ilustrativo, a cada R\$ 1,00 investido em programas de medicina preventiva, a Companhia economiza aproximadamente R\$ 6,28 em despesas médicas por Beneficiário.

Atualmente, a Companhia possui 6 programas aprovados e auditados pela ANS:  
• Nível de assistência aos pacientes crônicos adultos: Atende a população portadora de doenças crônicas, que se beneficia de um tratamento multidisciplinar coordenado e individualizado, buscando melhor controle do quadro clínico e consequente redução no índice de mortalidade;  
• Programa de assistência aos idosos: Programa proporciona tratamento abrangente e multidisciplinar aos idosos, levando a melhoria da qualidade de vida;  
• Programa gestão segura: Programa prevê o acompanhamento do pré-natal das gestantes com equipe especializada, reduzindo riscos à saúde da mãe e do bebê, com resultados concretos de redução do uso de UTI neo-natal;

• Programa de atendimento ao paciente com anticoagulação: Controle estrito constante de exame de sangue de pacientes com trombose/embolia que fazem uso de anticoagulante oral para evitar novas complicações hemorrágicas ou trombóticas com risco de vida ou de sequelas;  
• Programa de atendimento ao paciente renal crônico: Programa de acompanhamento de pacientes com doenças renais;

• Programa de apoio à obesidade mórbida: Emprego de ações preventivas primárias específicas na promoção da saúde e resgate da qualidade de vida desses pacientes, atuando na população de alto risco através do atendimento centralizado com equipe multidisciplinar, permitindo o melhor controle do quadro clínico, redução das complicações e avaliação para tratamento por cirurgia bariátrica.

**RELACIONAMENTO COM AUDITOR INDEPENDENTE**  
Ao longo do exercício de 2017, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016** (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>(Reapresentado)</b>	<b>2016</b>
Disponível		12.924	8.945	1.830.425	1.048.431
Realizável		890	221	27.796	30.538
Aplicações financeiras	7	12.034	8.724	1.802.629	1.017.893
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		32	-	1.186.923	636.760
Aplicações livres		32	-	504.318	460.002
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		-	-	682.605	176.758
Contraoperações pecuniárias a receber	8	-	-	141.962	109.842
Operadoras de planos de assistências à saúde		-	-	141.962	98.292
Créditos de operações de assistência à saúde		-	-	-	11.550
não relacionados com planos de saúde da Operadora	8	-	-	124.449	61.115
Despesas diferidas	9	-	-	105.960	39.853
Créditos tributários e previdenciários	10	12.002	8.724	39.306	34.832
Bens e títulos a receber	11	-	-	197.966	130.322
Despesas antecipadas		-	-	6.063	5.569
<b>Não circulante</b>		<b>1.387.587</b>	<b>1.138.791</b>	<b>2.314.595</b>	<b>1.651.129</b>
Realizável a longo prazo		12.314	118	1.025.851	890.113
Aplicações financeiras	7	-	-	49.271	24.771
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	-	22.532	-
Aplicações livres		-	-	26.739	24.771
Títulos e créditos a receber	12	-	-	12.435	14.577
Despesas de comercialização diferidas	14	-	-	116.885	58.001
Ativo fiscal diferido	9	-	-	438.110	480.381
Depósitos judiciais e fiscais	15	-	-	227.617	209.425
Outros créditos a receber a longo prazo	13	12.314	118	181.533	102.958
<b>Investimentos</b>		<b>1.375.273</b>	<b>1.138.673</b>	-	-
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		1.375.273	1.138.673	-	-
Participações societárias - operadora de planos de assistência à saúde		1.375.273	1.138.531	-	-
Outros investimentos		-	142	-	-
<b>Imobilizado</b>		<b>17</b>	<b>-</b>	<b>625.201</b>	<b>409.931</b>
Imóveis de uso próprio		-	-	311.114	181.896
Imóveis de uso próprio - hospitalares		-	-	308.818	180.385
Imóveis de uso próprio - não hospitalares		-	-	2.296	911
Imobilizado de uso próprio		-	-	122.626	76.329
Hospitalares		-	-	83.752	55.606
Não hospitalares		-	-	38.874	20.723
Imobilizações em curso		-	-	96.931	132.315
Outras imobilizações		-	-	94.530	19.391
Hospitalares		-	-	91.105	8.077
Não hospitalares		-	-	3.425	11.314
<b>Intangível</b>		<b>18</b>	<b>-</b>	<b>663.543</b>	<b>351.085</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.400.511</b>	<b>1.147.736</b>	<b>4.145.020</b>	<b>2.699.560</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>(Reapresentado)</b>	<b>2016</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	63.854	51.782	1.544.277	1.048.101
Provisão de prêmio/contraprestação		-	-	684.850	620.618
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)		-	-	53.380	45.755
Provisão para remissão		-	-	52.839	45.077
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS		-	-	521	678
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS		-	-	103.230	93.926
Provisão para eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		-	-	343.971	329.919
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		-	-	184.289	151.446
Débitos de operações de assistência à saúde		-	-	8.121	5.057
Contraoperações a restituir		-	-	-	31
Receita antecipada de contraoperações		-	-	-	3.397
Comercialização sobre operações		-	-	-	4.693
Operadoras de planos de assistência à saúde		-	-	-	2
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		-	-	6.399	226
Provisões		-	-	19.463	5.982
Provisões de imposto de renda e contribuição social		-	-	19.463	5.982
Tributos e encargos sociais a recolher	20	190	3	174.782	110.166
Empréstimos e financiamentos a pagar	24	-	-	307.844	950
Debêntures a pagar	25	63.613	51.778	119.564	111.480
Débitos diversos	22	51	1	223.254	193.622
<b>Não circulante</b>		<b>266.485</b>	<b>325.416</b>	<b>1.530.571</b>	<b>880.921</b>
Exigível a longo prazo		266.485	325.416	1.530.571	880.921
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	-	-	9.978	10.937
Provisão para remissão		-	-	645	645
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS		-	-	9.334	10.850
Provisões		-	-	342.710	266.142
Provisões para tributos diferidos	13	-	-	51.339	36.259
Provisões para ações judiciais	24	-	-	291.371	229.883
Parcelamento de tributos e contribuições	21	-	-	2.175	11.953
Empréstimos e financiamentos a pagar	24	-	-	333.751	1.332
Debêntures a pagar	25	266.485	325.416	726.042	538.746
Débitos diversos	22	-	-	115.914	51.811
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>26</b>	<b>1.070.172</b>	<b>770.538</b>	<b>1.070.172</b>
Capital social		1.213.080	1.213.080	1.213.080	1.213.080
Reservas:		(142.908)</			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BCBF Participações S.A. (doravante denominada por "Companhia" ou "BCBF") empresa controlada pela Notre Dame Intermédica Participações S.A. (anteriormente denominada BCBF Participações S.A.) é uma "holding" de capital fechado que tem como objetivo social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867.

A Companhia é controladora direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. ("Intermédica") e indiretamente das empresas Tijuca - Serviços de Assistência Médico-Cirúrgico Infantil Ltda., Hospital São Bernardo, Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. e Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda., todas empresas do Grupo Notre Dame Intermédica. As controladas diretas e indiretas são entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e tem por objeto social a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares e participações.

2. AQUISIÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

O Grupo Notre Dame Intermédica por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão através de aquisições e reestruturações societárias, realizou os seguintes eventos no exercício findo em 31 de dezembro 2017:

I. Aquisição Grupo Nova Vida  
Em 31 de março de 2017, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. juntamente com a Companhia celebraram Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição da totalidade das quotas de controle do Hospital e Maternidade Nova Vida.  
O Grupo Nova Vida é composto pelo Hospital e Maternidade Nova Vida, em Itapevi, e de mais três Centros Médicos, dois localizados em Jandira e outro em Colita, na Grande São Paulo.

II. Aquisição Hospital São Bernardo  
Em 23 de fevereiro de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a aquisição da participação acionária do Hospital São Bernardo S.A. e suas filiais Hospital Baeta Neves e Centro Clínico São Bernardo.  
O Hospital São Bernardo é um hospital geral com Pronto Socorro, localizado na Avenida Lucas Nogueira Garcez, 400 na cidade de São Bernardo do Campo, SP.

Estas aquisições são estratégicas para o Grupo Notre Dame Intermédica porque contribuem para a consolidação não apenas na região do ABCD paulista, mas também mantêm o Grupo Notre Dame Intermédica no posição de uma das maiores empresas do setor de saúde suplementar do país.  
O Grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle do Hospital São Bernardo e suas filiais em 20 de abril de 2017.

III. Aquisição SAMCI e IFRAGE  
Em 10 de março de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. concretizou a aquisição e assumiu o controle das empresas Tijuca - Serviço de assistência médica - Cirurgia infantil Ltda. (Samci) e IFRAGE Saúde Ltda., após a venda para ter cumprido todas as obrigações e renúncias estabelecidas na negociação, conforme contrato de compra e venda assinado em 27 de dezembro de 2016.

A aquisição tem como objetivo maior penetração da Operadora Notre Dame Intermédica no mercado do Rio de Janeiro, aumento de atendimento verticalizado de sua rede de hospitais e prontos atendimentos.

IV. Incorporações  
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de outubro de 2017, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação, para incorporação da Ibrage - Saúde Ltda. e Nova Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil do Ibrage - Saúde Ltda. e Nova Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. foram apurados com base nos livros contábeis com data-base em 30 de setembro de 2017 e foi emitido em 27 de outubro de 2017 por empresa independente.

O Family Hospital S.S. Ltda. foi incorporado em 02 de janeiro de 2017. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil do Family Hospital S.S. Ltda. apurado com base nos livros contábeis com data-base em 30 de novembro de 2016 foi emitido em 02 de janeiro de 2017 por empresa independente.

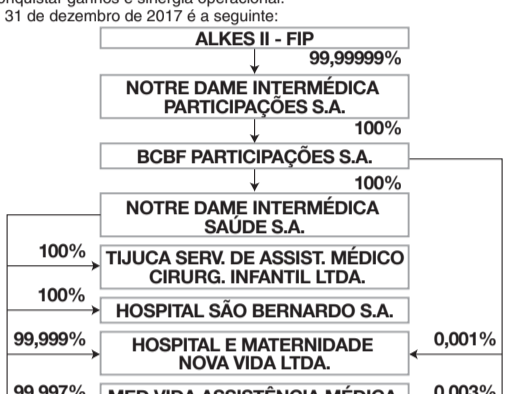
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2016 foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação, para incorporação de duas empresas listadas abaixo pelo controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.:

• Interoctdo Sistema de Saúde Odontológico Ltda.  
• Santamália Saúde S.A.

• Hospital Bosque da Saúde S.A.  
• Hospital Montemagno S.A.

As incorporações ocorreram tendo em vista que as empresas pertencem ao Grupo Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

V. A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:



3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS. As informações estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Operadoras de Saúde, tal procedimento está sendo adotado visando seguir o mesmo padrão de sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informativas dos usuários das demonstrações financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, de acordo com as utilizadas por ela na gestão da Companhia e suas controladas.

b) Representação dos saldos de exercício anterior  
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo representadas para fins de comparação conforme disposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros, em virtude da incorporação da Santamália Saúde S.A. não ter gerado ativo fiscal diferido.

Abaixo demonstramos as contas patrimoniais originalmente apresentadas, em comparação às demonstrações financeiras consolidadas retificadas:

		31 de dezembro de 2016	
	Publicado anteriormente	Saldos reclassificados	Saldos Representados
<b>Ativo</b>			
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo	1.644.913	6.216	1.651.129
Ativo fiscal diferido	925.340	(35.227)	890.113
Intangível	515.608	(35.227)	480.381
<b>Total do ativo</b>	<b>2.693.442</b>	<b>6.216</b>	<b>2.699.560</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não circulante</b>			
Provisões para tributos diferidos	874.705	6.216	880.921
Outros	30.043	6.216	36.259
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>2.693.344</b>	<b>6.216</b>	<b>2.699.560</b>

c) Base de consolidação  
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e foram utilizadas informações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:  
• Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir a atividades pertinentes da investida);  
• Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;

• A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.  
Geralmente há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

• O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;  
• Direitos originados de acordos contratuais;  
• Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia;

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A participação societária da Companhia, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle e não mantiver o controle financeiro (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

As controladas incluídas na consolidação são as seguintes:

	2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Family Hospital S.S. Ltda.	-	-	-	100,00%
Acqua Blue Transporte de Água Ltda. 1	-	-	0,001%	99,998%
Tijuca - Serviços de Assistência Médico-Cirúrgico Infantil Ltda.	-	100,00%	-	-
Hospital São Bernardo S.A.	-	100,00%	-	-
Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.	0,003%	99,997%	-	-
Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda.	0,001%	99,999%	-	-

1 Empresa encerrada em 30 de novembro de 2017.

d) Base de mensuração  
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

• Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e ativo mantido até o vencimento; e  
• Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

e) Continuidade  
A Administração considera que a Companhia e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse preceito.

f) Moeda funcional de apresentação  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas  
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação de valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registros nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente do processo de sua determinação.

Estimativas e revisadas são feitas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Ativos financeiros (pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente);  
• Provisão para perdas sobre créditos;

• Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;  
• Teste de redução ao valor recuperável de ativos;

• Provisões técnicas;  
• Provisões para ações judiciais; e  
• Liability Adequacy Test (LAT)

h) Segregação entre circulante e não circulante  
A Companhia efetuou a segregação de ativos e passivos no balanço patrimonial entre circulante e não circulante. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando atendem às seguintes premissas:

• Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou cumulado no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; e  
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser realizado.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

i) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia  
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas estão abaixo apresentadas:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros  
Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: Classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, faz-se necessário a aplicação retrospectiva, conteúdo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo algumas exceções.

No decorrer de 2017, a Companhia realizou uma avaliação de alto nível do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro.

Em geral a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de classificação e mensuração e redução ao valor recuperável da IFRS 9.

i) Classificação e mensuração  
A Companhia efetuou análise e concluiu que não há impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

Empréstimos bem como contas a receber são mantidos para captar os fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

ii) Perdas por redução do valor recuperável ("Impairment")  
A IFRS 9 exige que a Companhia registre perdas de crédito esperadas sobre todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, para 12 meses ou um período maior. A Companhia espera aplicar a abordagem simplificada e registrar as perdas esperadas em base vitalícia sobre todo o saldo de contas a receber de clientes.

A Companhia não espera impactos materiais em seu patrimônio líquido devido à natureza de seus empréstimos e recebíveis. O saldo das contas a receber das operações de saúde está sob escopo do IFRS 4, que será substituído por IFRS 17.

IFRS 15 - Recitas de Contratos com Clientes  
A IFRS 15, emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 estabelece um modelo constante de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contrato com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS.

A aplicação retrospectiva integral ou aplicação retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não adotou antecipadamente a nova norma que foi adotada na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integrada. No decorrer de 2016 e 2017, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, a qual está sujeita a mudanças em razão de análises mais detalhadas em andamento.

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos individualmente em contratos separados, identificados com os clientes, ou agrupados como um pacote de serviços.

A Companhia espera as seguintes prováveis áreas de impacto:

I. Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica satisfeitos de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou preliminarmente que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável  
A Companhia possui dois tipos de glosas:

a) internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais; e

b) externas, glosas das faturas que vão para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15: Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato. Deve-se estimar o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo de por qual método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

(a) o valor esperado - é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;

(b) o valor mais provável - é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

A Companhia avaliou e identificou que a alteração no reconhecimento das glosas não irá gerar impactos financeiros significativos, já que não será alterado o montante e sim o momento de seu reconhecimento.

II. Exigências de apresentação e divulgação  
A IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as atuais IFRS.

As exigências de apresentação representam uma alteração significativa em relação à prática atual e aumentam consideravelmente o volume de divulgações exigido nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são totalmente novas. A Companhia avaliou e não espera alterações e significativas nos divulgações uma vez que sua operação está prioritariamente baseada em suas operações de plano de saúde que assemelha-se a seguros e não nos serviços fornecidos pelos hospitais.

Em 2017, a Companhia desenvolveu e iniciou os testes de sistemas, controles internos, políticas e procedimentos adequados necessários para coleta e divulgação de informações adicionais que se fazem necessárias.

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil  
Introduz um modelo único de controle de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, com início a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras e não é previsto qualquer impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 - Contratos de Seguros  
O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017 o IFRS 17 que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021.

A norma atual estabelece a taxa dos contratos de seguros e objetiva a melhoria da comparabilidade das informações prestadas pelas empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas empresas.

Esta norma tem implicações em outras indústrias além da de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

A Companhia não pretende adotar a norma antecipadamente e aguardará a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS  
As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

a) Disponível  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, em conta corrente em instituições financeiras e aplicações financeiras de liquidez imediata e com prazos iguais ou inferior a 90 dias. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, são resgatáveis a qualquer momento e não sofrem risco de mudança significativa de valor.

b) Instrumentos financeiros  
Definição  
É qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão dos ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros são baixados quando os fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retornos substancialmente os riscos e benefícios são avaliados pela Administração da Companhia a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A baixa dos passivos financeiros somente ocorre quando as respectivas obrigações são extintas e canceladas ou quando pagas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou alienadas com base na data de negociação.

As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado  
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado se:

• For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo;  
• No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados com a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; e  
• For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica "Resultado financeiro", nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado do exercício.

ii. Empréstimos e recebíveis  
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

iii. Determinação do valor justo  
Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas não possuem ativos classificados nas categorias de "Ativos financeiros disponível para venda", sendo classificados nas categorias de "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado", "Empréstimos e recebíveis" e "Ativos financeiros mantidos até o vencimento".

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros  
Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

d) Provisão para perdas sobre créditos  
O Comitê de Notre Dame Intermédica Saúde constitui provisão para perdas sobre créditos através da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 418/2016 da ANS.

Esta provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos) e para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

A Companhia e suas controladas, não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para os serviços de assistência à saúde não relacionadas com planos de assistência à saúde constituem provisões para perdas sobre créditos vencidos há mais de 180 dias salvo casos específicos avaliados individualmente pela administração.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos  
Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

f) Despesas de comercialização diferidas (DAC - Deferred Acquisition Cost)  
As despesas de comercialização referem-se aos agenciamentos e são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou expectativa conforme NTA e são refletidas no saldo da conta "Despesas diferidas" no ativo circulante, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 418/16. Em 2016 através de estudo técnico a operadora iniciou a diferir as despesas pelo prazo de 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas diferidas" que compreende o saldo de até 12 meses e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

g) Investimento  
Durante o exercício de 2017 e 2016, a participação societária que a Companhia possuía em suas controladas estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações na participação após a efetiva aquisição e controle.

A participação após a efetiva aquisição e controle das controladas está demonstrada na demonstração do resultado como "Resultado de equivalência patrimonial".

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fique alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

h) Imobilizado  
Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

## a) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato de um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil.

Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento a longo prazo. A Companhia atualmente mantém bens arrendados reconhecidos como um arrendamento financeiro.

## r) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço prestabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de validade do risco incorrido (pro rata die).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 19, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

## s) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

## t) Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT)

O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se pressupostos atuais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificado qualquer insuficiência a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotado pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixas a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data-base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetivadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

## u) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificáveis na aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, às circunstâncias econômicas e às condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando o ágio é parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

## 5.1. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

## 5.1.1. Grupo Nova Vida

Em 03 de julho de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde concretizou a aquisição de 100% das cotas do Grupo Nova Vida pelo valor de R\$ 170.402.

Esta aquisição tem por objetivo fundamental na estratégia do Grupo Notre Dame Intermédica de continuar oferecendo planos de saúde de qualidade aos nossos clientes a um preço justo. Como resultado espera-se sinergia entre as empresas possibilitando maior cobertura assistencial na região de Itapevi com uma oferta maior de rede hospitalar e centros clínicos.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Nova Vida e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

Grupo Nova Vida	
Total da contraprestação transferida	150.402
Parcela retida <sup>1</sup>	20.000
Caixa e equivalentes de caixa	500
Aplicações financeiras	7.058
Contas a receber	2.718
Créditos tributários e previdenciários	74
Estoques	704
Outros ativos	220
<b>Circulante</b>	<b>11.274</b>
Ativo fiscal diferido	8.30
Depósito judicial	3.50
Contas a receber decorrente de contingências	11.006
Imobilizado	23.540
Intangível	74
<b>Não circulante</b>	<b>43.247</b>
<b>Total de ativo</b>	<b>54.521</b>
Fornecedores	1.635
Salários a pagar	5.798
Tributos e encargos sociais a recolher	852
<b>Circulante</b>	<b>8.285</b>
Outros passivos	4.742
Contingências	19.658
<b>Não circulante</b>	<b>24.400</b>
<b>Total de passivo</b>	<b>32.685</b>
<b>Total do ativo assumido</b>	<b>21.836</b>
Ágio gerado na transação	148.566
<b>Total da contraprestação</b>	<b>170.402</b>

<sup>1</sup> Parcela retida - O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 6 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Nova Vida (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordos dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar. A investida reconheceu uma provisão para contingências no valor de R\$ 11.006, o qual a sua contrapartida também foi reconhecida em outros ativos para fins de reembolso pelos antigos quotistas quando de sua ocorrência.

O valor justo das contas a receber é de R\$ 2.718. Não identificamos perda no saldo a receber, e espera-se que o valor identificado possa ser totalmente recebido nas datas de vencimento.

O ágio é justificado pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 781.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de julho de 2017 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo Nova Vida de R\$ 47.611.

O Grupo Nova Vida também contribuiu com um lucro de R\$ 16.543 no mesmo período.

Se o Grupo Nova Vida tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 81.775 e lucro pro forma de R\$ 228. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

## 5.2. Hospital São Bernardo

Em 20 de Abril de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde concretizou a aquisição de 100% das ações do Hospital São Bernardo S.A., pelo valor de R\$ 198.741.

A aquisição tem por objetivo contribuir estrategicamente para a consolidação do Grupo Notre Dame na região do ABCD paulista, aumentando seu atendimento verticalizado e sua rede de hospitais de pronto-atendimento.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital São Bernardo S.A. e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

HSB	
Total da contraprestação transferida	164.210
Parcela retida <sup>1</sup>	34.531
Caixa e equivalentes de caixa	2.133
Aplicações financeiras	9.495
Contas a receber	25.340
Créditos tributários e previdenciários	415
Estoques	969
Outros ativos	104
<b>Circulante</b>	<b>38.456</b>
Ativo fiscal diferido	18.155
Depósito judicial	911
Outros ativos	30
Investimentos	1
Imobilizado	72.347
Intangível	88
<b>Não circulante</b>	<b>91.532</b>
<b>Total de ativo</b>	<b>129.988</b>
Fornecedores	11.979
Salários a pagar	20.389
Tributos e encargos sociais a recolher	2.761
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.118
Outros passivos	2.884
<b>Circulante</b>	<b>40.131</b>
Provisão para tributos diferidos	5.985
Provisões para ações judiciais	29.200
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.863
<b>Não circulante</b>	<b>38.768</b>
<b>Total de passivo</b>	<b>78.899</b>
<b>Total do ativo assumido</b>	<b>51.089</b>
Ágio gerado na transação	147.652
<b>Total da contraprestação</b>	<b>198.741</b>

<sup>1</sup> Parcela retida - O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 5 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital São Bernardo S.A. (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

O valor justo das contas a receber é de R\$ 25.340. Não identificamos perda no saldo a receber, e espera-se que o valor identificado possa ser totalmente recebido nas datas de vencimento.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 1.008.

Se o Hospital São Bernardo tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 147.659 e prejuízo pro forma de R\$ 2.658. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

## 5.3. Hospital Samci - Ibrage

Em 10 de Março de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde concretizou a aquisição de 100% das cotas do Hospital Tijuca - Serviço de Assistência Médica - Cirurgia Infantil Ltda. e Ibrage Saúde Ltda. (anteriormente denominado Ibrage Locação e Arrendamento de Imóveis Ltda. - ME), conforme contrato de compra e venda assinado em 27 de dezembro de 2017, pelo valor de R\$ 45.500.

A aquisição tem como objetivo maior penetração da Operadora Notre Dame Intermédica na cidade do Rio de Janeiro, aumentando seu atendimento verticalizado e sua rede de hospitais de pronto-atendimento.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital Samci-Ibrage e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

SAMCI-IBRAGE	
Total da contraprestação transferida	35.500
Parcela retida <sup>1</sup>	10.000
Caixa e equivalentes de caixa	2.729
Contas a receber	695
Créditos tributários e previdenciários	13
Estoques	281
Outros ativos	179
<b>Circulante</b>	<b>3.897</b>
Contas a receber decorrente de contingências	15.872
Imobilizado	25.866
Intangível	100
<b>Não circulante</b>	<b>41.638</b>
<b>Total de ativo</b>	<b>45.535</b>
Fornecedores	759
Salários a pagar	1.462
Tributos e encargos sociais a recolher	263
Empréstimos e financiamentos a pagar	524
Outros passivos	651
<b>Circulante</b>	<b>3.897</b>
Tributos e encargos sociais a recolher	34
Provisões para ações judiciais	18.524
Empréstimos e financiamentos a pagar	50
<b>Não circulante</b>	<b>18.608</b>
<b>Total de passivo</b>	<b>22.267</b>
<b>Total do ativo assumido</b>	<b>23.268</b>
Ágio gerado na operação	22.232
<b>Total da contraprestação</b>	<b>45.500</b>

<sup>1</sup> Parcela retida - O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 5 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

A Notre Dame Intermédica Saúde identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Samci-Ibrage (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordos dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar. A investida reconheceu uma provisão para contingências no valor de R\$ 15.672, o qual a sua contrapartida também foi reconhecida em outros ativos para fins de reembolso pelos antigos quotistas quando de sua ocorrência.

O valor justo das contas a receber é de R\$ 695 (SAMCI e IBRAGE) e não houve perda por redução ao valor recuperável no contas a receber de clientes, e espera-se que o valor registrado possa ser recebido integralmente.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 327.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de março de 2017 inclui o valor de receitas gerado pelo Samci-Ibrage de R\$ 36.215.

O Samci-Ibrage também contribuiu com um prejuízo de R\$ 5.675 no mesmo período.

Se o Hospital Samci-Ibrage tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 41.309 e prejuízo pro forma de R\$ 16.825. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

## 6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia detém o controle em empresas que operam exclusivamente com planos de saúde odontológicos e, rede própria (hospitais e pronto atendimentos) e destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em acordo com a Resolução Normativa nº 418/2016 da ANS e com as deliberações do CPC 01 - Redução ao valor recuperável e CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração.

A Companhia e suas controladas procuram priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicação de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo ao critério de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas. A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392 de 9 de dezembro de 2015 alterada pela RN nº 419 de 26 de dezembro de 2016, da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

## b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e suas controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas procuram manter risco pelo equacionamento do fluxo de caixa comprometido e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Companhia e suas controladas elaboraram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

## b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Liquidez	Disponível e aplicações financeiras		Consolidado	
	Disponível	Disponível e aplicações financeiras	2017	2016
Imediata	27.796	2%	Valor	% Carteira
Imediata			3.038	4%
			1.047.121	83%
De 31 a 120 dias	67.444	5%	478.275	69%
De 241 a 360 dias	64.019	5%	11.388	2%
Acima de 361 dias	57.610	5%	171.868	25%
	<b>1.263.990</b>	<b>100%</b>	<b>692.069</b>	<b>100%</b>

Em conformidade com a Resolução Normativa 419/16 da ANS a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Provisões técnicas no montante de R\$ 526.848 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 460.002 em 31 de dezembro de 2016.

## b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Assets and Liabilities Management). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

## c. Risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se refere. A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde tem exposição ao risco de variação cambial em aplicações financeiras.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial projetada por instituições financeiras para 2017 (Taxa projetada US\$1,00 - R\$ 3,1919 comparativa à taxa de fechamento US\$ 1,00 - R\$ 3,3080). Para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Aplicações financeiras	Taxa de fechamento USD		Cenário I		Cenário II	
	USD	R\$	USD	-25%	USD	-50%
Fundos cambiais	3,3080	3,1919	1,151	(40)	2,3939	(318)
			1,151	(40)	3,9899	237
			1,151	(40)	1,5960	(596)
			1,151	(40)	4,7879	515
			1,151	(40)	515	515

## d. Risco de Seguro

O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de plano de assistência à saúde e odontológico são levados em consideração o custo dos atendimentos, o modelo de atendimento que o beneficiário irá receber, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

## e. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e na captação de debêntures.

A Companhia adota a política de aplicação em títulos exclusivamente pós-fixados, o portfólio financeiro da Companhia está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Bancário (CDB), sendo o restante indexado à taxa SELIC. Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.

A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 7.

A Companhia e sua controlada Notre Dame Intermédica possuem captação em debêntures e empréstimos e financiamentos, ficando exposto a variação da taxa CDI + spread. A composição dos empréstimos e financiamentos e as debêntures estão sendo apresentados nas notas explicativas nº 24 e 25, respectivamente.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia e suas controladas adotaram taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2017:

Aplicações financeiras	CDBs	LFTs	Fundo de renda fixa abertos	Operações compromissadas	Outros	Cenário I		Cenário II	
						+25%	-50%	+25%	-50%
						1,151			



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As provisões para ações judiciais de natureza:

## Fiscais

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a incidência do ISS (Município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgado procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes. Aguarda-se julgamento.

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de Plano de Saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestaram o serviço. Houve expedição de liminar em mandato de segurança, com respaldo em jurisprudência do STJ que pacificou entendimento sobre a matéria. Diante disto, o escritório de advocacia que patrocina a ação emitiu "legal opinion" classificando o prognóstico de perda como possível. As Controladas efetuaram no exercício a reversão dos valores provisionados.

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a tributação do ISS no Município de Campinas sobre as atividades desenvolvidas nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT determinando-se à Autoridade co-autora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.

As controladas questionam judicialmente a não incidência das contribuições previdenciárias provisionadas no inciso III, artigo 22 da Lei nº 8.212/1991 sobre os valores pagos aos profissionais autônomos da área de saúde credenciados (contribuintes individuais) que prestam serviços ao segurado contratante. Em 31 de março de 2016 a controlada Notre Dame Intermédica Saúde efetuou a reversão de R\$12.553 de acordo com a mudança de prognóstico dos nossos advogados.

Referem-se, basicamente, à auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

Trabalhistas  
As controladas são parte reclamada em certas ações de natureza trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Cíveis  
As controladas são parte reclamada em certas ações de natureza civil, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2017, as Controladas apresentaram outras ações de naturezas cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 350.474 (R\$ 336.071 em 31 de dezembro de 2016), que de acordo com consultores jurídicos da Companhia apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

## 24. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Garantia	Amortização	Vencimento	Consolidado	
						Valor	2017
FINAME	Bradesco	Prefixado	-	Mensal	26/04/2014 a 15/04/2020	216	
Leasing	Bradesco	CDI	Equipamento	Mensal	08/06/2015 a 13/07/2020	600	
Leasing	Santander	CDI	Equipamento	Mensal	08/12/2015 a 08/12/2018	460	
Leasing	Itaú	CDI	Equipamento	Mensal	22/05/2015 a 22/04/2018	79	
Carta de crédito	Bradesco	-	-	Mensal	15/05/2015 a 15/04/2020	199	
Carta de crédito	Santander	CDI	-	Mensal	15/09/2014 a 15/09/2019	2.372	
Carta de crédito	Itaú	CDI	-	Mensal	20/02/2014 a 04/03/2018	340	
Brazilian Real Note	Santander Exterior	100% CDI + 2,12% a.a.	-	Semestral	19/06/2017 a 18/06/2018	150.367	
NP Votorantim	Banco Votorantim	109% CDI	Avalista BCBF	Semestral	10/08/2017 a 06/02/2018	154.816	
Empréstimo Citibank	Citibank	85% CDI + Plus 1,955%	-	Semestral	26/12/2017 a 28/12/2020	332.000	
Outros						146	
						<b>641.595</b>	
						307.844	
						333.751	
						<b>641.595</b>	

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor just, classificado como nível 2.

Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2017:

	2017	2016
Saldo inicial	2.282	5.555
Saldo Adquirido	5.555	631.838
Captação	631.838	(11.460)
Amortização	-	62
Ajuste valor presente	-	13.318
Juros	-	641.595
Saldo Final	641.595	641.595

## 25. DEBÊNTURES A PAGAR

A Companhia e sua controlada Notre Dame Intermédica emitiram debêntures conforme descrito abaixo, o saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 era composto pelo montante de R\$ 119.564 (R\$ 111.480 em 31 de dezembro de 2016) no passivo circulante e R\$ 726.042 (R\$ 538.746 em 31 de dezembro de 2016) no passivo não circulante.

Modalidade	Quantidade	Emissão	Vencimento	Encargos médios	Captação	Consolidado	
						2017	2016
1ª emissão	400	2014	2020	CDI + 2,75% a.a.	400.000		
1ª emissão	300	2015	2021	CDI + 3,45% a.a.	300.000		
2ª emissão	300	2017	2019	108,5% a.a. do CDI	300.000		

## a) Primeira emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF captou em 5 de maio de 2014 o montante de R\$ 400.000 através de emissão de 400 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, emitidas em 5 de maio de 2014, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de repasseamento do endividamento da BCBF e suas controladas e aquisições de sociedades.

O prazo total da emissão é de 6 anos, sendo 2 anos de carência/e está sujeito à atualização com base na taxa CDI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 2,75% ao ano.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão nos meses de maio e novembro do primeiro pagamento devido em 5 de novembro de 2014, e o último na data de vencimento em 5 de maio de 2020.

A BCBF desembolsou com recursos próprios R\$ 6.505 a título de custos de transação em favor das instituições financeiras.

## b) Segunda emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou em 12 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 300.000, através de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, com o objetivo de repasseamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 2 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente onde a primeira será em junho de 2018 e a última em 15 de dezembro de 2019. A atualização corresponde a uma sobretaxa de 108,5% da variação acumulada das taxas médias do CDI, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

## c) Primeira emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou em 9 de novembro de 2015, o montante de R\$ 300.000, através de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de repasseamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 6 anos contados da data de emissão, sendo 1 ano de carência e está sujeito à atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 3,45% ao ano.

A remuneração será paga semestralmente a partir do 12º mês a contar da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 9 de novembro de 2016 e o último na data de vencimento em 9 de novembro de 2021.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

	BCBF	Intermédica	Consolidado
Saldo em 31/12/2015	405.267	302.223	707.490
Juros creditados	62.793	50.523	113.316
Apropriação de custos	1.069	894	1.963
Apropriação do comissionamento	-	363	363
Amortização do principal	(28.000)	(27.270)	(55.270)
Pagamento de custo com reestruturação	-	(2.178)	(2.178)
Juros pagos	(63.935)	(51.923)	(115.858)
Saldo em 31/12/2016	377.194	273.032	650.226
Captação por emissão de debêntures	-	300.000	300.000
Custos de captação	-	(996)	(996)
Juros creditados	43.550	33.866	77.416
Apropriação de custos	1.069	1.278	2.347
Pagamento principal	(44.001)	(54.540)	(98.541)
Juros pagos	(47.715)	(37.131)	(84.846)
Saldo em 31/12/2017	330.097	515.509	845.606

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

Ano	Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
12 meses	119.564	-
13 a 24 meses	-	423.716
25 a 36 meses	-	248.837
37 a 48 meses	-	53.489
49 a 60 meses	-	-
	<b>119.564</b>	<b>726.042</b>
		<b>845.606</b>

As debêntures possuem "covenants" financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado a cada três meses.

Em 31 de dezembro de 2017, a BCBF e a Notre Dame Intermédica Saúde encontravam-se adimplentes com os "covenants".

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

## Garantias

A BCBF ofereceu garantias para as debêntures por meio de alienação fiduciária de 100% das ações/quotas das empresas: Intermédica S.A. e Notre Dame Seguradora S.A. e Interodonto Sistema Odontológico Ltda. conforme item III cláusula 2 do instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures. As empresas Notre Dame Seguradora e Interodonto foram incorporadas em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2016, respectivamente, pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A..

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social  
O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.213.080 (em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.213.080) totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.213.080.353 ações ordinárias nominativas na controladora, sem valor nominal.

b) Reserva de capital  
Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 31 de março de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Interodonto, Santamãia, Hospital Montemagno e Hospital Bosque da Saúde, com o acervo líquido de R\$197.763 com data-base em 29 de fevereiro de 2016. O montante de R\$ 14.347 refere-se ao resultadoapurado nas empresas incorporadas, entre a data-base do acervo líquido-base e a data da realização da incorporação em 31 de março de 2016.

## c) Reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas.

(i) Reserva legal - constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

## A DIRETORIA

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
BCBF Participações S.A.

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCBF Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de acordo intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Nos procedimentos em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

## Representação de valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3(b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial e notas explicativas foram alteradas em relação às demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 3(b) e, portanto, estão sendo representadas de acordo com previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Nossa opinião não contém referência relacionada a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na apresentação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

## 1. Provisões para ações judiciais

Conforme mencionado na nota explicativa 23, a Companhia e/ou suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda realizada pelos consultores jurídicos da Companhia envolve alto grau de subjetividade, fato esse que nos levou a identificar essa questão como risco significativo que requer considerações especiais de auditoria.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

(ii) Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuir-se-á reserva para investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou a criação de novos empreendimentos.

## d) Destinação do lucro

# BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo  
NotreDame  
Intermédica

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a

Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ernst & Young  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 28 de março de 2018

Emerson Pompeu Bassetti  
Contador - CRC-1SP251558/O-0